

UM OLHAR PARA O ATENDIMENTO MULTIPROFISSIONAL

 <https://doi.org/10.56238/sevned2025.002-004>

Jocilene Eterna Soares dos Santos Lacerda

Mestranda em Governança e Transformação Digital
Universidade Federal do Tocantins

Bruno Marques de Lima

Mestrando em Governança e Transformação Digital
Universidade Federal do Tocantins

José Lauro Martins

Doutor em ciências da Educação
Professor associado na Universidade Federal do Tocantins

RESUMO

Esta proposta parte da implementação de equipes multiprofissionais que tem fortalecido a integração entre educadores, alunos, famílias e a comunidade escolar, abordando questões como vulnerabilidade social, dificuldades socioemocionais e inclusão na rede estadual de ensino do Estado do Tocantins. Foram utilizados como bibliografia complementar, a Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base, a Lei nº 13.935 - Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica e a Lei nº 14.819 - Institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares, o Modelo de Protocolos - Conselho Regional de Enfermagem de Sergipe e o Protocolo para Atendimento das Equipes Multiprofissionais em Situações Específicas - SEDUC - Estado do Tocantins. O objetivo central é fortalecer a escola como um espaço de desenvolvimento integral, promovendo igualdade de oportunidades e respeito à diversidade, por meio da atuação articulada das equipes multiprofissionais. O estudo propõe analisar os protocolos de atendimento da Rede Estadual de Ensino do Tocantins, visando compreender as diretrizes e estratégias aplicadas. As diretrizes e estratégias de atendimento aplicadas nas escolas fortalecem o desenvolvimento integral dos estudantes e promovem a igualdade e respeito à diversidade e contribuem para criar um ambiente escolar saudável e acolhedor, mediando conflitos, com ações de conscientização e suporte emocional a estudantes, famílias e docentes.

Palavras-chave: Atendimento. Protocolo. Equipes Multiprofissionais.



1 INTRODUÇÃO

Há décadas o papel do Orientador Educacional no Brasil vem sendo discutido em busca de um modelo de atendimento que contemple de forma abrangente e eficaz a diversidade de público atendido nas escolas, o processo educacional requer um formato capaz de atender as necessidades dos alunos de forma ampla. Nos últimos anos as escolas de educação básica do Estado do Tocantins têm vivenciado transformações significativas, com o objetivo de atender às necessidades sociais, emocionais e cognitivas dos estudantes. Assim, a atuação das equipes multiprofissionais nas escolas e a implementação de protocolos estruturados para organização e padronização das práticas educacionais, ganha corpo e aborda demandas relacionadas à violência, vulnerabilidade social e dificuldades socioemocionais, fortalecendo a integração entre educadores, alunos, famílias e a comunidade escolar.

Temas quanto ao atendimento das equipes multiprofissionais tem ganhado relevância diante dos desafios enfrentados pelos Orientadores Educacionais, esses profissionais que atuam em escolas públicas de regiões urbanas e rurais, têm desempenhado um papel central no acompanhamento pedagógico, na identificação de dificuldades escolares e comportamentais, além de oferecer suporte emocional e vocacional aos aprendentes. Contudo, a complexidade das vulnerabilidades sociais e a carência de recursos tornam evidente a importância de uma abordagem colaborativa e participativa pelas equipes multiprofissionais.

De acordo com Werneck (2024, p.16).

O aluno deve sentir-se tão acolhido que tenha confiança para fazer suas queixas, reclamações e comentários sabendo que vai ser ouvido, que vai contar com a atenção do educador embora não obrigatoriamente com a sua anuência e concordância com as suas reivindicações.

Nesse ínterim, as equipes multiprofissionais educacionais têm um papel crucial no desenvolvimento integral dos estudantes, atuando de forma integrada com professores e profissionais das instituições, para promover não apenas o aprendizado acadêmico, mas também a satisfação social, emocional e física dos alunos. Essas equipes são compostas por profissionais de diferentes áreas, leva em consideração a especificidade de cada estado do ente federativo e trabalham em colaboração para atender às diversas demandas do ambiente escolar. A atuação e a utilização de protocolos para otimizar o atendimento das equipes multiprofissionais, se baseia na condição do atendimento desenvolvido e na forma como é conduzido, saber como fazer o atendimento e as intervenções necessárias e sua amplitude, facilita o diagnóstico e as intervenções a serem aplicadas.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também reforça a importância do desenvolvimento de uma aprendizagem significativa com resultados a contemplar toda a comunidade escolar. O trabalho das equipes multiprofissionais também se destaca no suporte aos professores, auxiliando-os na implementação de práticas pedagógicas inclusivas, na promoção à inclusão de



estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou dificuldades específicas de aprendizagem, conforme a BNCC reflete, uma colaboração essencial e necessária para o professor lidar com os desafios em sala de aula. Um dos pilares da BNCC é a promoção de uma educação que valorize a diversidade, respeite as singularidades e assegure o direito de aprender a todos os estudantes. Nesse sentido, as equipes multiprofissionais atuam para identificar e superar barreiras ao desenvolvimento integral dos alunos, implementando estratégias personalizadas para garantir equidade no acesso ao currículo.

Também houve a implementação do Programa Saúde na Escola (PSE), o programa abrange desde a promoção da saúde até o acompanhamento de questões sociais e emocionais que impactam diretamente a vida escolar do aluno, refletindo a interdependência e desempenho acadêmico do aprendiz. Diante desse panorama, surgem as seguintes questões: Como as diretrizes e estratégias de atendimento aplicadas nas escolas podem fortalecer o desenvolvimento integral dos estudantes, promovendo igualdade e respeito à diversidade? De que forma os protocolos de atendimento contribuem para criar um ambiente escolar saudável e acolhedor, mediando conflitos, promovendo ações de conscientização e oferecendo suporte emocional a estudantes, famílias e docentes?

Para responder a essas questões, este estudo analisará o protocolo de atendimento utilizado na Rede Estadual de Ensino do Tocantins, com o objetivo de compreender as diretrizes e estratégias aplicadas no atendimento multiprofissional. O propósito é avaliar como tais práticas fortalecem o papel da escola como espaço não apenas de aprendizado acadêmico, mas também de desenvolvimento integral do aprendiz, promovendo igualdade de oportunidades e respeito à diversidade. O elemento central desta análise é reconhecer e atender adequadamente às especificidades da diversidade no ambiente escolar, isso exige a atuação articulada de equipes multiprofissionais, com propostas fundamentadas que garantam um ambiente educacional inclusivo e equitativo, alinhado às demandas e potencialidades de cada estudante.

Os métodos aplicados neste documento se constituíram por meio da pesquisa qualitativa, com revisão de literatura e análise de documentos. Essa proposta partiu do princípio de estruturação de buscas em portais de periódicos da Capes, por fonte de dados como: Web of Science, Scopus, Scielo e Google Acadêmico. Os critérios adotados foram: “E” e “E/OU” e refinamentos específicos referentes ao tema com buscas em 2.484 artigos, porém, não houve seleção com referência ao assunto proposto. Visto que não houve avanço na pesquisa e seleção de documentos ao propósito deste artigo, os documentos e materiais utilizados como base para a orientação desta proposta foram: Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base, Lei nº 13.935 - Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Lei nº 14.819 - Institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares, Modelo de Protocolos - Conselho Regional de Enfermagem de Sergipe e SEDUC - Estado do Tocantins - Protocolo para atendimento



das equipes multiprofissionais em situações específicas e outras fontes bibliográficas pertinentes ao desenvolvimento desta Revisão de Escopo.

2 LEGISLAÇÃO E PROTOCOLOS PARA ATENDIMENTO EDUCACIONAL

Voltar o olhar à atuação das equipes multiprofissionais no contexto educacional, tem sido tema de ampla discussão, especialmente diante dos desafios enfrentados pelos orientadores educacionais ao longo de décadas, essa discussão, reflete a realidade vivenciada em muitos estados brasileiros, onde o orientador educacional desenvolve também o papel dos assistentes sociais e dos psicólogos. O histórico apresentado, nos mostra que o orientador educacional desempenhava um papel central na identificação de dificuldades escolares e comportamentais aos alunos, além de oferecer apoio emocional e vocacional, especialmente em contextos marcados pela vulnerabilidade social. Diante da complexidade dos desafios enfrentados, o trabalho isolado desse profissional mostrou-se insuficiente e a atuação conjunta das equipes multiprofissionais, torna-se essencial para um atendimento mais abrangente e eficaz.

A criação da Lei nº 13.935, estabelece a obrigatoriedade da presença de profissionais de psicologia e serviço social nas redes públicas de educação básica, objetivando a melhoria do processo de ensino-aprendizagem por meio da atuação integrada e interdisciplinar das equipes multiprofissionais, uma legislação que reforça a necessidade de ações voltadas à mediação de relações sociais e institucionais, promovendo o bem-estar dos alunos e da comunidade escolar. Mesmo com a lei, o papel dessas equipes na construção de um modelo educacional mais inclusivo e equitativo em alinhamento com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ainda perdura na implantação e análise de funcionalidade por parte da rede estadual de ensino.

De acordo com a BNCC (2017), é essencial exercitar a empatia, o diálogo e a resolução de conflitos, promovendo o respeito à diversidade e aos direitos humanos. Esses fundamentos sustentam a proposta de atendimento multiprofissional nas escolas, permitindo a identificação e intervenção em situações que impactam o desempenho escolar e o bem-estar dos estudantes. A parceria entre a forma de atendimento das equipes multiprofissionais e os professores é outro ponto central para a promoção de um ensino de qualidade e orienta os docentes a adotarem práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e respeitem as singularidades dos alunos com suporte técnico e pedagógico. O modelo implantado pela Lei 13.935, concretizou uma ideia para oferecer um atendimento que reflete na busca por inovação e compreensão das necessidades, tanto dos alunos quanto do ambiente educacional.

Diante desse contexto, destaca-se a importância de desenvolver competências socioemocionais nos estudantes como: empatia, resiliência e cooperação, considerando que essas habilidades são fundamentais para a formação integral do indivíduo. As equipes multiprofissionais desempenham um papel crucial nesse processo ao trabalhar a superação de barreiras que comprometem o pleno



desenvolvimento dos alunos, essas barreiras incluem dificuldades de aprendizagem, transtornos globais do desenvolvimento, deficiências e outras especificidades que impactam o desempenho escolar e social do aprendente. Por meio de diagnósticos precisos e estratégias personalizadas, essas equipes promovem a equidade e garantem o direito de aprender a todos os estudantes.

Conforme descrito na Base Nacional Comum Curricular (2017, p. 17),

[...] a BNCC e os currículos se identificam na comunhão de princípios e valores que, como já mencionado, orientam a LDB e as DCN. Dessa maneira, reconhecem que a educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica.

Para que essa interlocução entre BNCC e Currículos seja efetivado, é necessário o fortalecimento de políticas públicas que garantam a presença e a atuação efetiva das equipes multiprofissionais nas escolas, essa perspectiva reforça a ideia de uma educação integral, que valorize todos os aspectos do desenvolvimento humano e assegura o direito de aprender a todos os estudantes, independentemente de suas condições e especificidades. A integração entre políticas de saúde e educação se caracteriza pelo Programa Saúde na Escola (PSE), este, visa promover o desenvolvimento integral dos estudantes por meio de ações que englobam prevenção de agravos, promoção da saúde e acompanhamento de questões emocionais e sociais, além de melhorar as condições de saúde dos estudantes, o PSE reforça o papel da escola como um espaço de formação integral e inclusivo.

Para o desenvolvimento de uma estruturação que contempla as diversidades sociais, emocionais e educacionais dos alunos, a utilização de protocolos de atendimentos que sejam formulados de acordo com a demanda, são essenciais para um bom funcionamento e qualidade nos resultados obtidos. Os protocolos estruturados, surgem como ferramentas essenciais para garantir a uniformidade e agilidade das ações no ambiente escolar. Esses protocolos são documentos norteadores, que orientam desde a identificação de demandas até o encaminhamento de casos, considerando a complexidade das situações enfrentadas. A eficiência do atendimento gerado pelas equipes multiprofissionais, através de protocolos, conduz o trabalho a não deixar vácuos em sua formalização e interações realizadas. É importante ressaltar que o uso de instrumentos como o Plano de Acompanhamento Familiar (PAF) e a Ficha de Evolução Psico-Sócio-Educacional, utilizados para monitorar e registrar intervenções, são considerados no diagnóstico final do atendimento.

De acordo com Ana Paula Maia (2018, p.61) “os protocolos são utilizados como forma de garantir um determinado padrão de qualidade entre diferentes serviços e instituições que atuam no atendimento especializado ou vinculado a uma determinada questão, problemática, região etc.” Tais protocolos não apenas organizam as práticas, mas também facilitam a articulação com a rede de proteção social, ampliando o alcance das ações implementadas no âmbito escolar, essa articulação se torna viável a partir das tecnologias educacionais desenvolvidas, como: dispositivos, softwares, ambientes virtuais e outros. A utilização de ferramentas digitais potencializa a eficácia dos protocolos



e as ações das equipes multiprofissionais, os aplicativos podem ser utilizados para disponibilizar os protocolos de atendimento, registrar intervenções e acompanhar o progresso dos estudantes de forma integrada, além disso, permitem a atualização contínua dos procedimentos, assegurando a adaptação às demandas emergentes e às particularidades regionais.

Essa digitalização não representa uma rigidez no atendimento, mas sim, uma flexibilidade necessária para atender às necessidades específicas de cada escola e comunidade, essa abordagem eficiente, pode fortalecer a relação entre as equipes multiprofissionais e as unidades escolares, garantindo uma gestão mais eficaz e humanizada, por meio de práticas padronizadas e adaptáveis às especificidades locais. Por meio dos protocolos de atendimento é possível criar um ambiente escolar acolhedor e seguro, onde os estudantes possam desenvolver plenamente suas potencialidades com o fortalecimento de políticas públicas, aliadas à formação contínua dos profissionais, essenciais para garantir a sustentabilidade e o sucesso de todos a longo prazo.

3 IMPLEMENTAÇÃO DE PROTOCOLOS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAIS

A Secretaria de Estado de Educação do Tocantins, dispõe de um documento orientador/protocolo para o desenvolvimento do atendimento nas escolas, esse documento destaca a necessidade de um atendimento estruturado para orientar as equipes multiprofissionais em situações específicas. O documento em análise aborda principalmente demandas relacionadas à violência, vulnerabilidade social, dificuldades socioemocionais e outras questões que impactam o desenvolvimento integral dos estudantes, nesse documento o atendimento à comunidade escolar é realizado de forma articulada, contemplando alunos, educadores, famílias e demais atores envolvidos. há uma propositura de estratégias para acolhimento humanizado, coleta de informações, identificação de necessidades e intervenções específicas, com foco em promover o bem-estar para o socioemocional e assegurar os direitos dos estudantes.

A proposta busca padronizar práticas de identificação, intervenção e encaminhamento de casos, considerando a diversidade e complexidade das situações enfrentadas no ambiente escolar, baseado em uma abordagem interdisciplinar e sensível às demandas sociais e emocionais que surgem no meio educacional prevendo a atuação de equipes multiprofissionais de maneira integrada, compartilhando responsabilidades e utilizando instrumentos padronizados para o planejamento e monitoramento das intervenções em articulação com a rede de proteção social. Por meio do trabalho em conjunto, esses profissionais conseguem identificar dificuldades específicas, propor estratégias personalizadas e fornecer o suporte necessário para que cada estudante alcance seu potencial máximo, o que leva a um melhoramento no desenvolvimento educacional e social do aprendente.

Na prática, as equipes multiprofissionais têm funções variadas, incluindo o diagnóstico de barreiras ao aprendizado, a orientação às famílias, o suporte aos docentes e a criação de estratégias



inclusivas. Para que essas equipes alcancem efetividade em seus resultados, é fundamental que existam políticas públicas que fomentem sua presença nas instituições de ensino, assim como: investimentos em formação continuada e recursos adequados para o desenvolvimento de suas atuações, além disso, o diálogo entre os profissionais e os demais atores da comunidade escolar é essencial para fortalecer a parceria e assegurar que as ações implementadas, sejam contextualizadas e eficientes, destacando se como fundamental para complementar o trabalho realizado na comunidade escolar.

O escrito acima, nos remete a importância de utilização de protocolos bem definidos para guiar o trabalho das equipes multiprofissionais, onde apresenta etapas claras de atendimento, desde o contato inicial e acolhimento, até o monitoramento e sistematização de dados. No caso do Estado do Tocantins os instrumentos como o Plano de Acompanhamento Familiar (PAF), a Ficha de Evolução Psico Sócio Educacional e a Ficha de Encaminhamento Educacional, são ferramentas essenciais para registrar e acompanhar os casos de forma estruturada e eficiente, contribuindo para ênfase das políticas públicas empregadas.

Os protocolos como diretrizes padronizadas que orientam as ações das equipes multiprofissionais em situações variadas, desde casos de dificuldades de aprendizagem até questões mais sensíveis, como violência, abuso, evasão escolar e saúde mental, auxiliam na identificação das necessidades de cada estudante, estabelecendo fluxos claros de encaminhamento, monitoramento e acompanhamento das intervenções.

Para o Conselho Regional de Enfermagem de Sergipe (2017, p. 1).

O protocolo de atendimento, pode prever ações de avaliação/diagnóstica ou de cuidado/tratamento, como o uso de intervenções educacionais, de tratamentos com meios físicos, de intervenções emocionais, sociais e farmacológicas, independentes de enfermagem ou compartilhadas com outros profissionais.

Ao estabelecer procedimentos claros para o acionamento de serviços externos, os protocolos ajudam a construir uma atuação mais eficaz e colaborativa, especialmente em situações que ultrapassam as competências das equipes que atendem nas escolas. Os protocolos, também promovem a articulação entre os diferentes profissionais envolvidos, garantindo que suas ações sejam integradas e complementares. Outro benefício da inclusão de protocolos é a possibilidade de fortalecer a relação entre a escola e outros setores da rede de proteção social, como saúde, assistência social e conselhos tutelares, por meio de práticas bem definidas, é possível prevenir e lidar com situações de discriminação, bullying ou qualquer forma de exclusão, garantindo que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade e ainda contribuem para a formação continuada dos profissionais da educação, fornecendo orientações que embasam suas práticas pedagógicas e de gestão escolar, favorecendo a promoção de um ambiente escolar inclusivo e acolhedor.

Diante desse cenário, a inclusão de protocolos de atendimento para as equipes multiprofissionais nas escolas é um passo fundamental para a estruturação e organização do suporte



oferecido aos estudantes, famílias e docentes, as equipes profissionais tem o desafio de atender às diversas demandas do ambiente escolar, muitas vezes marcadas pela complexidade e pela necessidade de uma abordagem interdisciplinar. A importância desse trabalho se reflete, ainda, na transformação que ele pode promover na vida dos estudantes, o atendimento especializado e multiprofissional, quando bem executado, pode ajudar a detectar precocemente dificuldades de aprendizagem, problemas emocionais e sociais, e até condições de saúde que afetam o desempenho escolar dos alunos, além disso, pode criar um ambiente de maior acolhimento, no qual os alunos se sintam mais seguros e apoiados em suas jornadas educacionais.

No contexto educacional atual, a tecnologia também desempenha um papel crucial na implementação e no sucesso dos protocolos de atendimento, com o avanço das ferramentas digitais na educação, os protocolos poderão ser disponibilizados nas escolas por meio de aplicativos, permitindo que todos os profissionais envolvidos no atendimento tenham acesso fácil e rápido às informações e diretrizes necessárias para um atendimento de qualidade. A padronização do documento e disponibilização por meios digitais, não significa uma abordagem rígida e inflexível, pelo contrário, ela oferece a flexibilidade necessária para que os protocolos sejam adaptados às especificidades locais, levando em consideração as características individuais dos alunos e as realidades regionais.

Essa digitalização otimiza a gestão do atendimento educacional e possibilita que as equipes compartilhem informações sem a necessidade de intermediários. A utilização de *software* também facilita o registro de cada etapa do atendimento, permitindo um acompanhamento contínuo e a avaliação do progresso de cada aluno, o que contribui para a melhoria contínua do processo educacional. A integração dos protocolos com plataformas digitais, traz benefícios significativos para a eficiência do trabalho das equipes profissionais em diferentes áreas e podem ser acessados a qualquer momento, todos os dados e informações pertinentes a cada aluno, independentemente de sua localização ou horário.

Assim, o protocolo torna-se uma ferramenta estratégica para a gestão educacional, permitindo que a abordagem seja personalizada e fundamentada em um conjunto de práticas consistentes e reconhecidas. Isso garante que as decisões sejam tomadas com base em informações completas e atualizadas, facilitando a comunicação entre as equipes e identificando lacunas no atendimento e implementação de ajustes quando necessário. Além disso, a utilização desses *softwares* permite que os protocolos sejam atualizados com facilidade, de acordo com novas pesquisas, metodologias ou mudanças de acordo com as necessidades dos alunos. No entanto, a eficácia do documento dependerá do aprimoramento e da implementação prática, com disponibilização através de formação continuada para os profissionais envolvidos e garantia de recursos adequados para a execução das ações propostas e sistematização de dados, também requer a avaliação contínua das práticas essenciais de atendimento multiprofissional para ajustar e aprimorar o documento ao longo do tempo.



4 ANÁLISE DO PROTOCOLO DE ATENDIMENTO DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO TOCANTINS

O Estado do Tocantins, com sua diversidade geográfica e populacional, necessita que os profissionais das escolas se envolvam diretamente com a realidade dos alunos, criando um vínculo estreito entre a escola e as comunidades, esse processo de imersão garante que os protocolos de atendimento educacional sejam mais eficazes, pois são moldados conforme as demandas e necessidades reais de cada região. Diante desse contexto, as leis pertinentes a essa abordagem, veio com o propósito de melhorias no Ensino-aprendizagem. A implementação da Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares, instituída pela Lei nº 14.819/2024, traz benefícios significativos para as escolas ao articular as áreas de educação, saúde e assistência social, essa política promove uma abordagem integrada e multidisciplinar para atender às necessidades psicossociais de alunos, professores, profissionais da escola e famílias.

A diversidade cultural e social do Brasil exige que o atendimento multiprofissional não seja vulnerável às particularidades locais, para isso, a formação contínua dos profissionais e a articulação entre as políticas públicas educacionais e sociais são fundamentais para a evolução dessa iniciativa. O sucesso desse modelo depende, portanto, da capacidade dos profissionais e gestores da educação em integrar suas ações, respeitar as especificidades locais e, acima de tudo, garantir que o atendimento educacional seja não só uma aprendizagem técnica, mas também profundamente humanizado, para que os alunos se sintam acolhidos e amparados em sua trajetória de vida. Essa integração não apenas garante o acesso à atenção psicossocial, mas também fortalece o ambiente escolar como espaço de promoção da saúde mental, prevenção de violências e valorização da cidadania e dos direitos humanos.

Esse modelo de atendimento multiprofissional busca, assim, a inovação na forma como a educação é concebida e executada, e oferece uma compreensão mais profunda e humanizada do público-alvo da educação pública, como: os alunos, suas famílias e as unidades escolares. Ao reunir diversos profissionais, o sistema educacional tem a oportunidade de trabalhar de maneira mais eficaz e integrada, levando em consideração as múltiplas necessidades dos alunos. Outro aspecto importante a ser considerado é a imersão dos protocolos de atendimentos educacionais, que devem ser elaborados de acordo com a realidade dos estudantes.

As práticas já existentes na rede estadual de ensino do TO, envolvem um atendimento voltado para a inclusão e o respeito à diversidade, este trabalho aborda o tema de forma abrangente e promove a inclusão da diversidade cultural, social e individual dos alunos, promovendo a equidade e a qualidade no processo educacional. A Lei nº 13.935/2019 proporciona um avanço significativo para as escolas públicas de educação básica ao estabelecer a obrigatoriedade de serviços de psicologia e serviço social, assim, a atuação das equipes multiprofissionais visa promover a melhoria do processo de ensino-



aprendizagem, com ações que integram a comunidade escolar e fortalecem a mediação das relações sociais e institucionais.

De acordo com a Lei nº 13.935/2019, p.1, § 1º, “As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais”. Esse suporte especializado contribui para identificar e intervir em situações de vulnerabilidade, dificuldades de aprendizagem, conflitos e outros desafios que impactam o desempenho escolar e o bem-estar dos estudantes. Além disso, a inclusão desses profissionais permite que o projeto político-pedagógico das escolas seja enriquecido com uma visão mais ampla e humanizada.

Já a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017, p. 11),

[...] estabelece diretrizes essenciais para a educação básica no Brasil, Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

Assim, promovendo uma formação integral que articula o desenvolvimento de competências cognitivas, competências socioemocionais e éticas, o trabalho das equipes multiprofissionais educacionais é indispensável para garantir que as metas previstas pela BNCC sejam alcançadas de forma inclusiva e efetiva, essas equipes desempenham um papel fundamental no fortalecimento do processo educativo.

Essa mudança de paradigma busca, não apenas olhar para as questões cognitivas, mas também compreender e lidar com os aspectos emocionais, sociais e comportamentais dos estudantes, aspectos esses que se interligam diretamente ao seu desempenho acadêmico. Após a análise do documento, SEDUC - Estado do Tocantins - Protocolo para atendimento das equipes multiprofissionais em situações específicas, o modelo apresentado atende às normas vigentes, incluindo a Lei 13.935/2019, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Programa Saúde na Escola (PSE). O documento também contempla a atuação das equipes multiprofissionais, incluindo psicólogos e assistentes sociais, de acordo com a Lei 13.935/19, com estruturação de ações de acolhimento, diagnóstico, encaminhamento e acompanhamento de demandas e o uso de instrumentos como o Plano de Acompanhamento Familiar (PAF), Fichas de Evolução Psico Sócio Educacional e de Encaminhamento Educacional o que demonstra a adequação às exigências legais para atuação no atendimento.

5 CONCLUSÃO

Conclui-se que, o documento analisado destaca o foco no desenvolvimento das competências socioemocionais dos estudantes e nas intervenções propostas pelas equipes multiprofissionais, busca



garantir a formação integral do aluno, contribuindo para o pleno desenvolvimento de habilidades cognitivas, emocionais e sociais, como prevê a BNCC e reflete os objetivos do PSE, especialmente no que diz respeito à articulação entre saúde e educação para promover o bem-estar integral dos aprendentes. As ações descritas como o acompanhamento do socioemocional, mediação de conflitos e articulação com a rede de saúde, reforçam o compromisso com a saúde preventiva e o suporte psicossocial, que são pilares do PSE.

Destaca-se que o documento é abrangente e apresenta diretrizes claras, com procedimentos técnicos e fases de atendimento bem definidas, garantindo conformidade com as normas legais e suas atribuições. Além disso, ao padronizar o uso de ferramentas e promover articulação intersetorial, ele contribui para a eficácia no atendimento às demandas da comunidade escolar, fortalecendo o compromisso com a inclusão, equidade e direitos dos estudantes. Percebe-se que, as perguntas iniciais neste documento são complementadas com o fortalecimento e o desenvolvimento integral dos estudantes, promovendo igualdade e respeito à diversidade educacional. Os protocolos de atendimento educacional também colaboram para criar um ambiente escolar saudável e acolhedor, mediando conflitos, promovendo o favorecimento de ações de conscientização e oferecendo suporte emocional aos estudantes, famílias e docentes.

Para finalizar, sugere -se a implementação do documento, na rede de forma interligada e otimizada por meio de aplicativos e tecnologias digitais, promovendo maior eficiência no atendimento e acompanhamento dos casos. O uso de plataformas permite o registro padronizado de informações, como no Plano de Acompanhamento Familiar (PAF), na Ficha de Evolução Psico Sócio Educacional e na Ficha de Encaminhamento Educacional, essas ferramentas digitais facilitam o armazenamento seguro de dados, acesso remoto e acompanhamento contínuo pelas equipes, promovendo uma comunicação ágil entre os profissionais e a articulação com redes externas de proteção. Além disso, os aplicativos podem incluir recursos de notificações para lembretes de monitoramento, envio de relatórios automatizados e integração com outros serviços públicos, essas soluções tornam o processo mais transparente e organizado, contribuindo para a efetividade do documento e garantindo para que as demandas da comunidade escolar sejam atendidas com agilidade e precisão.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Educação é a base. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br> . Acesso em: 20 de janeiro de 2025.

BRASIL. Lei nº 13.935 de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm, acesso em 11 de novembro de 2024.

BRASIL. Lei nº 14.819, de 16 de janeiro de 2024. Institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14819.htm , acesso em 11 de novembro de 2024.

CRESWELL, John W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : Penso, 2014.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE. Av. Hermes Fontes, 931 – Bairro Salgado Filho , Aracaju / Sergipe - 2017. Disponível em: <https://coren-se.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/MODELO-PROTOCOLOS-ASSISTENCIAIS.pdf>. Acesso em 25 de janeiro de 2025.

FLICK, Uwe. Desenho da Pesquisa Qualitativa [Recurso Eletrônico]/Tradução: Roberto Cataldo Costa. Consultoria, Supervisão e Revisão Técnica: Dirceu da Silva. Porto Alegre. Artmed 2009. ISBN: 978-85-363-2135-6.

MAIA, Ana Paula. A escola na rede de proteção dos direitos de crianças e adolescentes: guia de referência / Ana Paula Maia... [et al.]. – São Paulo: Ação. Educativa, 2018. 104p.: Brochura. ISBN 978-85-86382-51-2

SEDUC - Estado do Tocantins. Protocolo para atendimento das equipes multiprofissionais em situações específicas. Palmas - TO. Disponível em: Portal da SEDUC- TO. <https://www.to.gov.br/seduc>. Acesso em: 23 de novembro de 2024.

WERNECK, Vera Rudg. O dia a dia na escola [Recurso eletrônico], Vera Rudg Werneck - São José dos Pinhais, PR. Seven Editora, 2024. 83p. ISBN 978-65-6109-015-3.